

# Oracismo universalista no Brasil: eugenia e higienização moral da sociedade

Enviado em:

29/10/2012

Aprovado em:

04/2013

**Antonio Carlos Lopes Petean**

Prof. Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia

acpetean@yahoo.com.br

---

## Resumo

O presente artigo busca realizar uma reflexão sobre o desenvolvimento das teses eugênicas e de higienização social no curso da revolução industrial inglesa do século XIX. Teses que atravessaram o Atlântico e transformaram-se em políticas públicas no Brasil. Este artigo abordará, também, como a questão da miscigenação e a tese do branqueamento nortearam os debates dos eugenistas no Brasil.

## Palavras-Chave

Eugenia, Higienização Social, Políticas Públicas

35

## Abstract

This article seeks to make a reflection on the development of eugenic theories and social hygienization in the course of Industrial English Revolution of the XIX century. Theses that crossed the Atlantic and became public policy in Brazil. This article will address, also, how the question of miscegenation and the whitening thesis, guided the discussions of eugenicists in Brazil.

## Key-Words

Eugenics, Social hygienization, Public Policies

As teorias degeracionistas chegaram ao Brasil, no século XIX, por meio de expedições científicas realizadas por viajantes naturalistas e pela elite republicana, influenciada pelas idéias do “racismo científico”. Ao falarmos de “racismo científico” estamos nos referindo as teses, sobre a superioridade racial ariana, criadas na França pelo barão de Gobineau. Teses que defenderam de forma categórica a superioridade física e cognitiva da raça branca em relação as demais raças humanas. Para Gobineau a “raça branca” ocupava o topo de uma suposta pirâmide racial humana, composta por brancos, amarelos e negros. Mas, segundo

suas teses, o grande perigo para a espécie humana é a miscigenação, pois ela criaria uma espécie de homem que herdaria as piores características das três “raças” que compõem a espécie humana.

Estas teses ganharam adeptos, tanto na Europa quanto na América. Portanto, podemos considerar o “racismo científico” uma ideologia transnacional. No Brasil as teses sobre a superioridade racial e os perigos da miscigenação foram defendidas pela elite econômica e por republicanos preocupados com o futuro de um país mestiço. Viajantes naturalistas, ricos proprietários rurais e intelectuais republicanos construíram uma leitura sobre o Brasil alicerçada nas teses do “racismo científico”. A miscigenação passou a ser olhada como um problema, ou seja, ela era uma ameaça ao progresso e a modernização econômica e cultural.

Segundo Fernandes (2007), vários países em que a escravidão foi à base da exploração colonial, tiveram dificuldades em consolidar uma ordem social competitiva, baseada no mercado, na livre iniciativa e na competitividade. Isto se deve, para Fernandes, à degradação do trabalho imposta pela escravidão, que não possibilitou a formação de uma categoria social com forte poder aquisitivo. E, no imaginário nacional construído pelas elites brasileiras no século XIX, o progresso ganhou uma dimensão racial porque a leitura realizada com base nas teses do racismo indicava a impossibilidade de um país miscigenado evoluir economicamente. Desta maneira estabeleceu-se uma íntima relação entre progresso e uma ideia de nação mais branca em seus traços fenotípicos e culturais. Uma sociedade mais branca seria fundamental para o desenvolvimento econômico e cultural.

Embora o racismo esteja presente em todo o período colonial e imperial, foi com a proximidade da abolição e da república que o discurso racista, baseado em argumentos científicos, começou a ser estruturado no Brasil. Este discurso defendeu as teses sobre uma suposta inferioridade biológica do negro e sobre a degeneração representada pela mestiçagem. Mas teses sobre uma miscigenação positiva foram desenvolvidas no território brasileiro. Para Jaccoud (2008) uma teoria da miscigenação positiva surgiu no Brasil, inspirada em teorias científicas.

Inspirada nas teorias “científicas” racialistas que emergiram na Europa desde a primeira metade do século XIX, as teses adotadas no Brasil foram sendo, entretanto, reinterpretadas. A aceitação da perspectiva de existência de uma hierarquia racial e o reconhecimento dos problemas iminentes a uma sociedade multirracial somaram-se à idéia de que a miscigenação permitiria alcançar a predominância da raça branca. A tese do branqueamento como projeto nacional surgiu, assim, no Brasil, como uma forma de conciliar a crença na superioridade branca com o progressivo desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada

como um mal para o país. (JACCOUD, 2008: 53)

A mestiçagem recebeu uma leitura positiva, embora se perceba o desejo de atingir uma sociedade mais branca para garantir o progresso e a modernidade econômica. Neste contexto podemos entender a política de imigração, branqueamento, higienização e eugenia da sociedade brasileira. Políticas de incentivo a imigração de alemães, italianos e espanhóis foram intensas no decorrer do século XIX e XX. Com o branqueamento da nação pretendia-se atingir uma higienização moral e cultural da sociedade brasileira. Clarear a população para progredir o país passou a ser um projeto de nação defendido no século XIX, mas que avançou pelo século XX. Projeto que envolvia a eugenia e a higienização social enquanto políticas públicas.

Para compreendermos as ideias de eugenia e o projeto de higienização moral que estavam presentes na sociedade brasileira nos séculos XIX e XX, faz-se necessário, primeiramente, buscarmos as origens destas teorias. Por eugenia, entendemos o melhoramento físico e intelectual da raça e a busca pelo seu embelezamento. Este melhoramento, visto como aperfeiçoamento e purificação da raça. No rol das propostas eugênicas de melhoria da raça podemos destacar a restrição à imigração, a esterilização de mestiços, portadores de deficiências, de doenças infecciosas e degenerativas e, ainda, a proibição de casamentos entre “raças” diferentes, já que a grande preocupação é com a mestiçagem. Sendo assim, a eugenia esteve associada a projetos sociais e políticos.

37

A eugenia esteve associada a projetos de intervenção social que pretendiam gerir a qualidade de vida e a dinâmica demográfica das populações humanas, isto é, projetos que buscavam promover de modo racional ampla seleção dos considerados bons exemplares humanos do ponto de vista biológico e moral, a fim de que as sociedades futuras viessem a ser povoadas apenas pelos melhores estoques (GUALTIERI, 2008a: 92-93)

A miscigenação colaboraria para o enfraquecimento da raça, pois prevaleceria sempre o gene mais fraco, mais inapto e dessa forma potencializaria os defeitos e imperfeições, ameaçando o processo evolutivo da espécie humana.

Na análise dos eugenistas a mistura racial ou hibridismo condenava um país, uma região ou um povo ao atraso. O progresso era próprio das sociedades puras, assim como a robustez e a beleza dos corpos. A miscigenação, segundo os eugenistas, não preservaria o que existe de melhor em cada raça, seja no branco,

no negro e no nativo do novo mundo.

Podemos afirmar que práticas de eugenia remontam ao mundo antigo, principalmente, ao mundo grego, que buscou a purificação e melhoria dos seus cidadãos. Na antiga cidade-estado de Esparta todo recém-nascido era submetido a um conselho de anciãos e caso se verificasse alguma anomalia, o bebê era jogado para a morte. Sobre a prática eugênica encontrada no mundo grego, Diwan afirma que:

Na Grécia antiga colocou-se em prática uma medida que tinha em vista a purificação da raça, durante o apogeu da cidade-estado de Esparta. De acordo com Plutarco, o conjunto de leis de Licurgo no século VIII a. c. previa que desde o nascimento até a morte, todo espartano varão pertencia ao estado. Todos os recém-nascidos eram examinados cuidadosamente por um conselho de anciões e, se constatada anormalidade física, mental ou falta de robustez, ordenava-se o encaminhamento do bebê ao Apotetas (local de abandono) para que fosse lançado de cima do monte Taigeto. Caso contrário, os pais cuidavam de seus filhos até os 7 anos, quando os meninos ingressavam definitivamente na escola de formação militar tutelada pelo Estado. Os filósofos Aristóteles e Platão também pensaram na necessidade de selecionar os casamentos e de estimular o matrimônio dos casais “superiores”, tendo em vista a preservação da raça. (DIWAN, 2007: 220)

38

Mas se Aristóteles e Platão acreditavam na ideia da superioridade e inferioridade de alguns seres humanos, devemos reconhecer que esta tese não era exclusiva do mundo grego antigo. Na idade média a ideia de superioridade dos cristãos sobre os pagãos (muçulmanos e judeus), incentivou a cristandade medieval empreender uma luta pela conquista da Terra Santa. Pois os cristãos ao se colocarem acima dos povos vistos como pagãos, atribuíam a si, direitos que não se estendiam aos não-cristãos. Embora o conceito de raça não fosse utilizado, a prática de estabelecer conceitos sobre o outro, que o inferiorizava, está sempre presente na instituição das sociedades.

Os outros quase sempre foram instituídos como inferiores. Isso não é uma fatalidade, ou uma necessidade lógica; é puramente a extrema probabilidade, a vertente natural das instituições humanas. O modo mais simples do valor das instituições para seus próprios sujeitos é evidentemente a afirmação – que não tem necessidade de ser explícita – de que elas são as únicas verdadeiras – e de que, portanto, os deuses, as crenças, costumes, etc. dos outros são falsos. (CASTORIADIS, 1992: 33)

Na Idade Média embora não houvesse descrições sobre o outro a partir da raça, havia estratégias de inferiorização para justificar perseguições e conquistas, como foi o caso da inferiorização de judeus e muçulmanos na conquista de Jerusalém pelos cristãos. (DIWAN, 2007).

Dentro da Europa, especificamente na Península Ibérica, a estratégia de inferiorização de grupos humanos ocorreu antes do “racismo científico” e, portanto, dos conceitos de raça e fenótipo, mas se baseou na ideia de “sangue puro” e impuro. Esta terminologia serviu de base para classificar e estabelecer um lugar social para judeus convertidos ao cristianismo (cristãos novos), muçulmanos e ciganos. Os judeus, mesmo os conversos, eram denominados marranos (porcos), pelos cristãos após a reconquista da Península Ibérica. Estas categorias foram transplantadas e utilizadas no processo de colonização da América por parte de Portugal e Espanha. Para Seyferth:

Os mecanismos legais de discriminação aos cristãos novos, até mesmo o controle da inquisição, existiram no Brasil colonial até o século XVIII e atingiram outros grupos – indígenas, negros e mulatos (e outros mestiços) também eram identificados pela categorização de sangue impuro. Apesar dos meios de contornar a legislação, ela impedia o acesso a cargos públicos (em todos os níveis), as ordens religiosas, militares, casamentos mistos, etc, aos que não conseguiam provar “sangue limpo” até a quarta geração ascendente. (SEYFERTH, 2002: 29)

39

Sendo assim, estas concepções vigentes sobre uma suposta pureza de sangue, antes da ideia de raça e fenótipo, formaram um terreno fértil para ideias de eugenia e higienização no território nacional, assim como para a política de branqueamento colocada em prática pelo governo imperial e republicano, para civilizar e promover o progresso, tanto social, quanto econômico, cultural e científico. Este progresso foi vinculado a imigração europeia e a negação do passado escravista (com a eliminação do negro e da cultura afro-brasileira). Seyferth diz que:

O governo imperial fez esforços diplomáticos (como a missão do visconde de Abrantes em Berlim, 1846) e muitos contratos com agenciadores (por meio de decretos), visando atrair uma parcela do fluxo migratório europeu para o Brasil. Tal empenho foi acompanhado pelos governos provinciais interessados em promover a imigração: sucessivamente, proibiram a escravidão em áreas coloniais, mostrando que o sistema escravista era considerado incompatível com os pressupostos da modernidade (econômico e social). (SEYFERTH, 2002: 31)

Não apenas o sistema escravista era incompatível com a modernidade, mas o negro e o mestiço também foram vistos como sinônimo de atraso e um problema para atingir o progresso, sinônimo de modernidade. Nas palavras de Diwan (2007), a miscigenação era a grande vilã, era contrária ao progresso dos países do “novo mundo” e estava sendo exorcizada pelos europeus.

Os viajantes Gustave Le Bon, Arthur de Gobineau e Louis Agassiz descreveram os negros e mestiços do Brasil como promíscuos e praticantes da vadiagem. Podemos observar que os olhares dos adeptos do evolucionismo, que condenam a mestiçagem, se apegam ao modo de ser do outro, ao modo de estar no mundo deste outro não aceito e incompreendido.

Não foi por acaso que:

Para os médicos da Faculdade de Medicina de Salvador, a primeira do Brasil, em especial para o grupo conhecido como Escola Nina Rodrigues, a miscigenação era impedimento para o desenvolvimento do país. A mistura proporcionava a loucura, a criminalidade e a doença. A escola se inspirou nas práticas do médico legista e antropólogo Nina Rodrigues, que acreditava na inferioridade racial negra, tendo debatido no final do século XIX a construção do saber médico no país, a higiene pública, principalmente a epidemiologia e sua inter-relação com outras instituições, fossem médicas ou de direito. (DIWAN, 2007: 91)

40

Os eugenistas acreditavam na degeneração da sociedade brasileira devido ao miscigenado da população e, diante desta crença, eles adotaram a tese do branqueamento como forma de melhorar o Brasil para que o progresso fosse possível. Defenderam o controle da imigração, a proibição dos casamentos entre “raças” e a esterilização de deficientes, mestiços, tuberculosos e sífilíticos.

No Brasil, no final do século XIX e início do XX os médicos foram os grandes defensores de políticas públicas eugênicas. Políticas que consistiam na segregação da população negra e mestiça para evitar uma maior miscigenação racial. A busca pelo progresso era uma idéia que estava presente no Brasil desde o século XIX e sempre esteve relacionada a idéia de modernização da sociedade brasileira e de sua estrutura econômica.

A Europa era o modelo a ser seguido pelo Brasil imperial, pois ela simbolizava o progresso, o desenvolvimento social e a razão. Portanto, para atingir este modelo, políticas desenvolvidas no segundo império alicerçaram-se nas teses do conde de Gobineau. Teses que expressavam a crença nas capacidades civilizatórias do homem branco, que segundo o conde era a raça superior. Construiu-se o mito de que

a salvação da nação estava no processo civilizatório determinado pela imigração europeia e pelo fim da miscigenação. Podemos afirmar que, em parte, a política externa e interna de D. Pedro II norteou-se na crença do branqueamento da nação para atingir o progresso. Incentivar a imigração europeia e segregar a população negra e mestiça foi uma das metas da política do segundo império.

A crença nas virtudes civilizatórias da imigração europeia foi reforçada, na década de 1850, pela publicação da tese determinista racial do conde de Gobineau, diplomata com passagem pelo Rio de Janeiro, o qual manteve boas relações com o imperador Pedro II. À parte esse detalhe, sua suposição de que o destino de uma civilização depende do grau de miscigenação racial do povo (quanto mais diluído o sangue branco/ariano maior a decadência), teve alguma notoriedade no Brasil, especialmente com a reapropriação da tese por Houston Steward Chamberlain e outros arautos do arianismo no final do século XIX. De fato, a noção de decadência estava associada à idéia de degeneração racial das classes trabalhadoras – algo que ia além da distinção entre brancos, pretos e amarelos. (SEYFERTH, 2002: 32)

Se a decadência associada à miscigenação e ao negro foi vista como uma ameaça ao progresso, era necessário evitá-la e melhorar a raça, segundo o pensamento racista do período. Portanto, a melhoria da raça foi vista a partir de duas óticas, a da eugenia e da higienização, e ambas foram objeto de disputa e debates na Inglaterra do século XIX e estavam presentes, como foi descrito, nas idéias de Nina Rodrigues e do médico Renato Kehl.

41

Renato Kehl utilizará o termo “eugenia” pela primeira vez em 15 de Abril de 1917, durante uma conferencia feita a convite de dois norte-americanos na Sociedade Cristã de Moços de São Paulo, intitulada também Eugenia. Nas palavras de Kehl em a cura da Fealdade: “A definição é curta, os seus fins é que são imensos; é a ciência do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana”. E completa com ressalvas: “É a ciência da boa geração. Ela não virá, como parecerá a muitos, unicamente proteger a humanidade do cogumelar de gentes féis. (DIWAN, 2007: 96)

No Brasil, as teses sobre a eugenia, foram lançadas por Renato Kehl, no livro “Lições de Eugenia”. O investimento era no corpo do indivíduo, pois o progresso relacionava-se ao corpo, as formas físicas, enfim, ao fenótipo. Segundo Gualtieri (2008a) o termo eugenia apareceu no final do século XIX e o seu criados foi o inglês Francis Galton que era primo de Charles Darwin.

As teses de eugenia e higienização da sociedade estavam diretamente

relacionadas aos avanços das ciências naturais no século XIX e, especificamente da biologia e de suas subáreas: a microbiologia, a fisiologia e o evolucionismo.

Estas três ciências determinaram as políticas públicas no século XIX e em boa parte do século XX, a princípio na Inglaterra e depois, no continente americano, incluindo, principalmente o Brasil e os E.U.A. A microbiologia, descoberta por Louis Pasteur, ajudou a fundar o higienismo, pois com a descoberta de microorganismos, propôs-se a sanar doenças e epidemias através da vacinação obrigatória e da criação de sanatórios para isolamento de indivíduos infectados e vistos como degenerados.

Mais do que ser um instrumento técnico para a cura de enfermidades, o higienismo fortalecerá a ordem social e política. Somente num segundo momento, o componente ideológico do higienismo adquirirá repercussão, uma vez que suas técnicas de cura questionaram o papel dos governos no que diz respeito ao saneamento dos espaços públicos e na implantação de políticas de saúde eficazes, como, por exemplo a vacinação. (DIWAN, 2002: 28)

42

Já a fisiologia, explicou o funcionamento do organismo a partir do equilíbrio entre as partes que o compõe (os órgãos), e esta idéia foi transposta para o campo social e político, ao afirmar que o equilíbrio da sociedade depende do equilíbrio entre os grupos sociais que a compõe. O fisiologista Cuvier, partidário desta tese, realizou estudos comparativos entre os fenômenos que ocorrem entre os animais e os que ocorrem entre os seres humanos, utilizando o termo raça. Para este estudioso, o desequilíbrio estava baseado na mistura de raças. Mas foi o evolucionismo, tese de Charles Darwin, que ao ser adaptado ao campo social teria gerado o darwinismo social.

A principal premissa do darwinismo social diz que na luta pela vida, somente os mais bem adaptados sobrevivem a permanente competição, pois são mais bem equipados biologicamente. Esta tese encontra adeptos no campo político e social, gerando políticas públicas de melhoramento da raça e de povos. O darwinismo social, baseado na luta pela vida por meio da concorrência, vê no triunfo do mais forte, a solução para os problemas humanos e estabelece assim as bases para o progresso. O surgimento de tais preocupações ocorreu em sociedades nas quais os processos de industrialização e urbanização se intensificavam, favorecendo a incidência do alcoolismo, da criminalidade e da prostituição, segundo Gualtieri (2008a). Tanto a higienização quanto o darwinismo foram apropriados pelo pensamento sociológico e antropológico e objetos de debates na sociedade inglesa

do século XIX, que buscava soluções para os novos problemas decorrentes da industrialização.

A revolução industrial alterou profundamente a sociedade e a economia inglesa. Foi na Inglaterra que proprietários rurais, com espírito comercial e empreendedor, eliminaram as bases da antiga economia coletiva feudal e criaram o decreto de cercamento das terras e direcionaram as atividades para o mercado com intuito de abastecer o mundo urbano em expansão. Nas palavras de Hobsbawm:

A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; formar um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia. (HOBSBAWM, 1982: 47)

A revolução Industrial inglesa gestou a moderna sociedade de massas, presa à especialização e ao tempo de trabalho no processo produtivo. Especialização do trabalho manual e intelectual. A massa se constitui como um todo uniforme, submetida durante o dia a extensa jornada de trabalho na indústria têxtil, nas siderurgias e nas minas de carvão. Estava em gestação o modo de produção capitalista na Inglaterra.

O pioneirismo inglês foi decorrente de uma política de cercamento de terras, acompanhada pelo acúmulo de capitais gerado por uma política externa agressiva e protecionista. No plano interno as cidades inglesas sofreram mudanças sociais significativas como a alta e rápida concentração populacional urbana. Na sociedade inglesa do século XIX o indivíduo teve que adaptar-se a um modo de vida econômico e social sem precedentes na história. O crescimento populacional nas cidades, sem um planejamento efetivo, originou cortiços e espaços densamente povoados. A pobreza, o consumo excessivo de álcool e a prostituição logo fizeram-se presentes e bordéis passaram a fazer parte do cotidiano das cidades inglesas. Para Diwan:

O resultado do vertiginoso crescimento urbano: Londres contava com mais de quatro milhões de habitantes em 1890. Darwinistas sociais acreditavam que a multidão que vivia nos bairros operários de Londres estava degenerando, ou seja, a pobreza associada à degeneração física. Reurbanização, disciplina e políticas de higiene pública deveriam ser aplicadas com a finalidade de prevenir a degradação física de trabalhadores para evitar prejuízos na economia que reverteriam em menos dividendos para a burguesia. (DIWAN, 2007: 35)

A criminalidade também aumentou, assim como as epidemias, o alcoolismo, a loucura e a apatia. Diante desse quadro, o progresso econômico estava ameaçado, assim como o desenvolvimento intelectual e a própria Inglaterra esta sendo colocada em xeque. Este quadro social levou higienistas e eugenistas a debaterem sobre os mecanismos institucionais a serem utilizados para evitar a degeneração. Combater essa decadência, esta situação social, era contribuir para a continuidade do progresso da sociedade, garantindo o progresso da própria civilização (DIWAN, 2007).

Os higienistas defenderam a higienização moral e física da sociedade, pois a conduta passou a ser objeto de reflexão e estudo da higiene e da microbiologia. O alcoolismo, as doenças, a loucura eram problemas não apenas sociais, mas econômicos e que requerem melhorar as condições de moradia, um maior controle dos bordéis, vacinação, criação de casas de isolamento e exclusão dos menos aptos, até que sejam tratados e depois reintroduzidos ao convívio social.

Já, os partidários da eugenia, defenderam, na Inglaterra, a proibição de casamento entre indivíduos que eram apontados como portadores de comportamentos desajustados, e defenderam, principalmente, a proibição do nascimento de crianças cujos pais cometeram crimes ou eram alcoólatras, ao passo que incentivaram casamentos e a natalidade daqueles que poderiam aperfeiçoar a raça inglesa, evitando sua degeneração.

O darwinismo social, que serviu de base teórica e ideológica para a eugenia, defendeu a tese de que na luta pela vida, ou melhor, na seleção natural decorrente desta luta, o triunfo do mais apto e mais forte é fundamental para a perpetuação da espécie humana. O darwinismo social e as teorias degeneracionistas foram temas de conversas e reflexões entre intelectuais. A ciência de um modo geral nunca esteve tão em moda (DIWAN, 2007).

No Brasil as idéias eugenistas ganharam adeptos nos círculos intelectuais e nos jornais. E, segundo Diwan:

No anos de 1929, Renato Kehl, no livro Lições de Eugenia, decretou: “a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano”! Dessa premissa dependia a melhoria da raça brasileira. Essa imagem de limpeza remete também ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas. (DIWAN, 2007: 88)

Médicos e intelectuais dos mais variados campos aderiram as teses eugênicas

em terras tupiniquins. Mas é inegável que teses do racismo científico que viam no mestiço o perigo da degeneração, já estavam presentes mesmo no século XIX, pois o Suíço Louis Agassiz chegou a afirmar que a mistura prejudicava a evolução das espécies defendida pelo darwinismo social. Nesta ótica, o progresso estava impossibilitado pela miscigenação e pela promiscuidade racial e moral do povo.

A questão essencial a ser respondida é se temos qualquer evidência que indique que os acasalamentos entre indivíduos de descendência e tipos diferentes resultariam numa prole menos vigorosa do que a de seus ancestrais. Não tivemos nenhuma oportunidade para observar qualquer degeneração no homem que se deva claramente a esta causa. Pode-se demonstrar que a alta nobreza de todas as partes da Europa é de origem muito misturada. Populações urbanas da França, Alemanha e Itália são derivadas de todos os distintos tipos europeus. Seria difícil mostrar que qualquer degeneração que pudesse existir entre eles pode ser atribuída a um efeito maléfico do intercasamento. (BOAS, 2010: 72)

A partir desta exposição podemos discutir uma das premissas do método indutivo da ciência moderna, ou melhor, do empirismo de Francis Bacon, que é a observação da natureza. Esta observação de Boas joga por terra um dos pressupostos do “racismo científico” universalista. Nada comprovaria que a miscigenação entre grupos étnicos desencadeie um processo de degeneração.

45

Os descendentes de mestiços de europeus e Índios norte-americanos são mais altos e mais férteis que os Índios puro-sangue. São mais altos ainda que a raça de seus pais. Os mestiços de holandeses e hotentotes do sul da África e os mestiços malaios da ilha de Kisar são de tipos intermediários entre as duas raças e não exibem qualquer traço de degeneração. (BOAS, 2010: 73)

Sendo assim, as afirmações do “racismo científico”, baseadas na observação e no indutivismo não se sustentam. Afirmações sobre a decadência a partir de relacionamentos inter-raciais e a miscigenação como entraves ao desenvolvimento de uma nação não pode ser comprovada. Na verdade, estas afirmações não passaram de outro mito criado pelo próprio “racismo científico”.

No Brasil, o discurso sobre o progresso e desenvolvimento sempre esteve presente, mesmo no campo religioso nacional. A Igreja Católica, até o concílio vaticano II olhava as religiões de matriz africana como entraves ao progresso e ao desenvolvimento de homens e da própria nação. Mezzomo (2008) nos diz que a posição da Igreja Católica frente aos cultos “mediúnicos” era de total condenação. Diz-nos o autor que a Umbanda e o Kardecismo eram associados à pobreza,

doenças, superstições e estagnação econômica, enquanto a própria igreja era associada ao desenvolvimento. Este seria o típico olhar sobre o outro que parte da exaltação das supostas qualidades e positivities de si e acaba menosprezando e inferiorizando o outro e suas manifestações culturais.

### Referências Bibliográficas

BOAS, Franz. *A Formação da Antropologia Americana (1883-1911)*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto e Editora da UFRJ, 2004.

CASTORIADIS, Cornélio. *O Mundo Fragmentado: As Encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

FERNANDES, Florestan. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Global Editora, 2007.

GUALTIERI, Regina Cândido Ellero. “Educar para Regenerar e Selecionar. Convergências entre os Ideários Eugênico e Educacional no Brasil”. In: *Revista Estudos de Sociologia*. Araraquara, V.13, n.25, p.91-110, 2008a.

\_\_\_\_\_.”Raça, corpo, higiene em publicação pedagógica do início do século XX”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo, V.8, n.03, 2008b.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das revoluções: (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JACCOUD, Luciana. *As Políticas Públicas e a desigualdade Racial no Brasil: 120 anos após a abolição*, Mario Theodoro (org.). Brasília: Editora do IPEA, 1982.

MEZZOMO, Frank Antonio. “Nós e os Outros: Proselitismo e Intolerância Religiosa nas Igrejas Pentecostais”. *Revista de História e Estudos Culturais*. Santa Catarina: V. 5 N. 1, p. 1-25, 2008.

SEYFERTH, Giralda. “O Beneplácito da Desigualdade: breve digressão sobre o racismo”. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, p. 17-41, 2002.